



DOI: 10.12957/transversos.2022.70194

## IMIGRAÇÃO E REFÚGIO<sup>1</sup> IMMIGRATION AND REFUGE

Luís Reznik

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[luisreznik@gmail.com](mailto:luisreznik@gmail.com)

Rosana Baeninger é mestra e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem pós-doutorado na University of California Davis e trabalha como docente nos Programas de Pós-Graduação de Demografia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Coordenou, entre 2006 e 2009, o Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO) da Unicamp e, entre 2017 e 2019, implementou a Cátedra Sérgio Vieira de Mello na mesma universidade. Esta última tem como foco central o tema dos refugiados, em estreita relação com a Agência da ONU para Refugiados (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados/ ACNUR). A professora Rosana Baeninger é bolsista de Produtividade PQ1A do CNPq.

**Luís Reznik:** *É uma honra enorme conversar sobre esse tema tão importante, tão candente e eu diria, de certa maneira, até meio explosivo nos nossos dias que é o tema da imigração e refúgio. Boa noite, professora.*

**Rosana Baeninger:** Boa noite, professor Luís. É uma honra estar aqui com vocês nesse final de tarde, parablenho esse belo trabalho sobre a Hospedaria da Ilha das Flores, que historicamente foi importante para tantos imigrantes que chegaram ao Brasil pelo Rio de Janeiro. A Hospedaria tem uma conexão muito forte com a imigração no passado e no presente. Agradeço demais por esse convite e essa proximidade entre as nossas pesquisas. E agradeço também quem está acompanhando a nossa conversa, que certamente não só é pesquisador, mas também tem um compromisso social com a questão do refúgio.

**Reznik:** Rosana, uma das perguntas centrais da nossa conversa é o próprio conceito de refúgio e refugiado. Nós sabemos que esse conceito foi elaborado historicamente e passou por algumas transformações ao longo do tempo. Hoje é um tema muito candente, não somente pelo que vem acontecendo na Europa, a exemplo

---

<sup>1</sup> Conversa realizada no dia 14 de junho de 2022, por via remota, pelo Instagram (@cmiif.uerj). A live/entrevista faz parte do Programa "Terças na Hospedaria", um conjunto de conversas realizadas, entre 2020 e 2022, pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. O CMIIF é um grupo de pesquisa, ensino e extensão, vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenado por Luís Reznik. Transcrição Marianna Carolina Oliveira Costa Reis. Edição: Carolina da Costa de Carvalho e Luís Reznik.

*das questões ligadas à imigração ucraniana, mas também pela situação dos refugiados no Brasil. Como você entende esse conceito do que é refúgio e refugiado?*

**Baeninger:** É uma discussão longa porque há fronteiras entre quem são os imigrantes, os refugiados e os solicitantes de refúgio. No caso do refúgio, são conceitos e categorias jurídicas construídos do ponto de vista social e ideológico. Esse é um ponto que nós precisamos considerar para entender o refúgio. De um lado, ele avança em questões humanitárias, mas por outro lado é historicamente datado e reformulado na medida em que as transformações na sociedade acabam dando designações para quem são os elegíveis para o refúgio. Esta é uma questão importante porque esses critérios se dão a partir do Estado nação. A seleção daqueles a quem o Estado nacional dará a condição jurídica de refugiado está ligada tanto à geopolítica internacional como às políticas e às ideologias de cada país em determinado momento. De acordo com a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, um refugiado é aquele indivíduo perseguido por guerras, questões políticas, religiosas e, mais recentemente, tem se avançado nas questões da grave generalização dos direitos humanos, como o caso dos venezuelanos, que são identificados aqui no Brasil como refugiados.

**Reznik:** *Além das questões políticas e religiosas, as questões ambientais também entram no conceito de refugiado?*

**Baeninger:** Ainda não. A questão ambiental entra na categoria de violação dos direitos humanos, porque a pessoa passa a não ter mais direito à moradia. Eu acho que essa questão ainda vai ser incorporada, como aconteceu com os casos de perseguição devido à orientação sexual e identidade de gênero, que foram incorporadas a categoria de refúgio relacionado à violação de direitos humanos. Eu vejo que tem uma fronteira de escolha na denominação daquele que terá a condição do refúgio. Por quê? Porque tirando essas autorizações em bloco que o Brasil aprovou para a Venezuela, todos os demais têm que marcar uma entrevista. Com exceção dos venezuelanos, o prazo mínimo entre a solicitação e a concessão do refúgio pelo Estado brasileiro demora dois anos. Nesses dois anos, o solicitante já foi embora, muitas coisas mudaram. O Brasil passa a estar na rota das migrações refugiadas como país possível e não desejado, possível justamente pela documentação. E o projeto migratório não necessariamente será o Brasil como ponto final, como nós estávamos acostumados a ver durante a migração internacional dos séculos XIX e XX ou mesmo da imigração do pós-Segunda Guerra Mundial, em que os migrantes seriam

assimiláveis e ficariam aqui. Na verdade, essa nossa reconfiguração mundial já mostra que o Brasil entra na rota das migrações refugiadas, mas não é o país em que esses migrantes depositam as suas últimas etapas migratórias, por assim dizer.

**Reznik:** O movimento de imigração internacional do século XIX e início do XX tem as suas particularidades em relação à imigração contemporânea, mas também nessa imigração histórica do período da Grande Migração, nós tivemos inúmeras levas em que o Brasil não foi exatamente a escolha principal, mas foi a escolha possível. Se nós pensarmos, por exemplo, no século XIX, que também teve muitas idas e vindas, a taxa de retorno da imigração histórica foi de 50% para alguns grupos, como os italianos e os portugueses. Já na década de 1920, cem anos atrás, quando as fronteiras dos Estados Unidos foram fechadas, o Brasil se tornou uma opção, mas não era exatamente a opção principal. No caso dos refugiados do pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil não era exatamente uma opção, mas era um país que aceitava famílias e grupos grandes, enquanto os Estados Unidos criavam algumas barreiras.

**Baeninger:** Exatamente.

**Reznik:** Isso que você está dizendo sobre o Brasil entrar na rota migratória, mas não ser necessariamente o lugar desejado por esses refugiados contemporâneos, me parece que não é tão diferente em relação à imigração histórica. Mesmo no que diz respeito às políticas públicas migratórias que definiam quem eram os imigrantes desejáveis e os indesejáveis.

**Baeninger:** Eu acho que esse ponto é importante porque ele vai desconstruir o mito da receptividade migratória e do Brasil como um país com vocação migratória. O Estado nação brasileiro se assentou na migração europeia, na construção de um Estado com uma vocação aberta à imigração, como um país acolhedor. Isso se revela muito agora no debate sobre refúgio na medida em que outras nacionalidades com as quais não temos raízes históricas chegam ao país, porque os refugiados e solicitantes de refúgio são não brancos e eles não fazem o tipo de imigrante ideal que aparecia na política migratória de embranquecimento da raça dos séculos XIX e XX. A questão da migração e do refúgio traz para o século XXI questões que estavam adormecidas, mas que vêm à tona: a xenofobia, o racismo, a discriminação, a própria categoria de refúgio porque, passada a comoção social e a presença na mídia na discussão de quem são as pessoas que estão precisando de refúgio, há uma disputa entre nacionais e refugiados no mercado de trabalho e outros espaços. Eu vejo que nós mudamos muito pouco desde o século XIX até o século XXI. O nosso processo civilizatório não incorporou a questão migratória justamente porque a política

migratória era uma política assimilacionista de uma sociedade que não convive com o outro. Ao contrário, o Brasil quis fazer uma política em que quem ficou era muito parecido conosco, era quem o país queria receber.

**Reznik:** Isso me parece importante. Conforme disse, a nossa migração contemporânea, seja pelo refúgio ou não necessariamente pela via do pedido de refúgio, é uma imigração Sul-Sul, diferente da imigração histórica da Grande Migração que foi principalmente Norte-Sul. Nesse sentido, essa questão que você está colocando da xenofobia e do racismo tem se exacerbado bastante porque é uma imigração de pessoas que não são aquelas brancas desejáveis da Europa. Essa é a minha primeira questão. Eu queria saber se você conhece exemplos concretos de como essas coisas estão ocorrendo aqui dentro do país. A segunda questão é refletir que atitudes xenófobas não são exclusividade da nossa sociedade brasileira, isto é, o fato que não estamos muito abertos à diversidade e à tolerância com os outros que são diferentes. O caso ucraniano está escancarado na mídia; como eles foram até certo ponto muito bem recebidos na Europa. Quer dizer, até certo ponto, eles entraram em outros países, porque tem a questão política. Mas nós vimos na imprensa uma série de manifestações, inclusive da mídia europeia, no sentido de que os ucranianos “são nossos iguais”. Eles podem entrar, mas aqueles que vieram da África não. Esses têm que ir para Ruanda, esses têm que separar, para esses tem que ter uma fronteira.

**Baeninger:** No caso da Europa, particularmente, tem uma questão demográfica que será vivenciada no médio prazo que é a baixa taxa de fecundidade e o fato de que eles precisam repor a população. Eles precisam de imigrantes, sejam refugiados, sejam imigrantes econômicos como é o caso, por exemplo, da política migratória do Canadá. Os outros países também necessitam de imigrantes, não só por ser uma mão de obra altamente qualificada, mas para repor uma população que é uma reposição de população muito parecida com as nossas, com as mesmas características. Mas ao mesmo tempo eles não vão querer os afegãos, não é? Também tem a questão religiosa, que atravessa os critérios que definem quem são os desejados ou não. Os ucranianos são cristãos e, no caso deles, isso ficou muito claro. Quer dizer, eles podem vir e tem até uma disputa entre os países para essa migração. Até porque quem está conseguindo sair da Ucrânia tem muito poder aquisitivo. Quem não tem, não está conseguindo sair do país. Aqui também estamos querendo receber os ucranianos, eles estão lá no Paraná, mas eles podem vir para São Paulo e tal. Vamos fazer campanhas, corredores humanitários etc. Mas veja: mesmo para os ucranianos e para os afegãos, qual é o visto que o governo brasileiro deu? Não é o de refúgio, é o visto humanitário. Ou seja, ao dar o visto humanitário, o Estado Brasileiro não está admitindo nenhuma posição de

conflito com os países de origem desses refugiados. Do ponto de vista jurídico, o refúgio tem que ter alguma perseguição, guerra, questão religiosa ou violação dos direitos humanos. Tudo bem que o visto humanitário é mais rápido, tem o Consulado lá, o solicitante de refúgio vai mostrar que ele tem poder aquisitivo para comprar a passagem, ele vai passar por uma entrevista, tudo lá no país de origem, então se ele não couber nos critérios do visto humanitário ele nem sai de lá.

**Reznik:** *O que significa exatamente conseguir o visto humanitário? Você disse que o visto humanitário se consegue ainda no país de origem, na saída nesse caso. Primeiro, qual é a diferença exata da condição jurídica e das possibilidades depois de entrada no país entre o visto humanitário e visto de refugiado? A outra pergunta é sobre a dificuldade de voltar para o seu país. Eu gostaria que você explicasse mais sobre isso.*

**Baeninger:** O refugiado pode conseguir o visto de refúgio no país de origem. Com os sírios, por exemplo, foi assim. Ele está de acordo com o Estatuto do Refugiado e está dentro da proteção do Estado brasileiro. O visto humanitário está em diálogo com a nova Lei de Migração<sup>2</sup>. O visto de refúgio, de acordo com o Estatuto do Refugiado de 1997, está na mesma categoria do visto permanente, visto de residência, visto temporário, visto humanitário, da nova Lei de Migração de 2017, possibilitando a entrada e permanência documentada no Brasil. O visto humanitário pode ser solicitado em algum consulado. No caso dos ucranianos, ao atravessar a fronteira da Ucrânia e entrar em um dos países vizinhos que tem consulado brasileiro, ali eles vão pedir o visto, fazer a entrevista, mostrar que têm dinheiro para a passagem e para se manter no Brasil.

**Reznik:** *Isso tem implicações aqui no Brasil em relação a trabalho, acesso à saúde e outras coisas mais?*

**Baeninger:** Sim. Na verdade, o que acontece é que eles vão ser regidos por instrumentos diferentes dentro do Brasil. De um lado, eu acho que o visto humanitário avança na lei de imigração porque ele vai tirar a pessoa da possibilidade de morrer. Por outro, o que é falho no Brasil? Quando o refugiado entra com o visto humanitário, ele tem 180 dias com esse visto e depois ele pode pedir uma residência temporária. Quando ele entra no Brasil, ele não tem as mesmas condições do que o refugiado reconhecido juridicamente que tem o apoio de agências institucionais, como o ACNUR, e de instituições que já são parceiras dessas agências institucionais para cuidar dessa imigração. Tem alguns casos de afegãos aqui em São Paulo que são situações bastante dramáticas porque eles conseguiram sair do Afeganistão, mas agora eles

---

<sup>2</sup> Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

não conseguem emprego. O visto humanitário dá a possibilidade de a pessoa sobreviver e viver, mas falta uma política nacional para essa hospitalidade diante desse outro tipo de visto que não terá a condição jurídica de refugiado. Em termos de mercado de trabalho até o solicitante de refúgio recebe CPF e carteira de trabalho.

**Reznik:** *Isso foi uma medida recente do Ministério do Trabalho?*

**Baeninger:** Isso começou a ser implementado em 2011, 2012, quando os haitianos começaram a entrar no país.

**Reznik:** *Não houve retrocesso nesse sentido nesses últimos tempos?*

**Baeninger:** Não. O que acontece é justamente a dificuldade da inserção na sociedade, porque a xenofobia e o preconceito são muito eminentes. Durante a pandemia, um angolano foi morto por um brasileiro que achava que ele não tinha o direito de receber o auxílio emergencial porque isso era um direito dos brasileiros e não dos imigrantes e refugiados. Isso foi na periferia de São Paulo. O nível de discriminação, de preconceito e de estranhamento com essa população e de disputa em um momento de crise econômica ou sanitária vem à tona com muita força porque essa é a nossa sociedade. Nós não estamos preparados para um discurso multiculturalista. Esse é um ponto que eu considero que tem avançado muito, principalmente na questão da língua. Tem grupos trabalhando com o português como língua de acolhimento. Tem essa perspectiva de valorizar a cultura do outro para aprender uma nova língua e não uma questão em que esse imigrante deveria assimilado e não se fala a língua materna em lugar nenhum ou só dentro dos domicílios. Essa é uma questão geopolítica que redefine os fluxos migratórios e que trará, não só para as questões jurídicas, mas também para nós, nacionalidades que nós não temos nenhum conhecimento. Nós não aprendemos na escola nada sobre a Ucrânia, nada sobre o Afeganistão. Nós só aprendemos sobre os italianos, os espanhóis, os alemães. Eu acho que nós precisaremos de uma reeducação que contemple essa nova composição da população brasileira, em que nós já temos, por exemplo, segundas gerações de migrantes haitianos nascidos aqui no Brasil e terceiras gerações de bolivianos no Brasil. A imigração boliviana data do final dos anos 1980, mas só recentemente depois do Acordo de Residência Mercosul<sup>3</sup>, os bolivianos puderam se locomover

---

<sup>3</sup> O Acordo é válido para Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Equador. O Acordo prevê que todos os nacionais destes países podem estabelecer residência em qualquer país signatário, independente de estar em situação migratória regular ou não.

no Brasil, porque a documentação para o trabalho tirou aquela invisibilidade das oficinas de costura. Eu considero que nós avançamos muito com o Estatuto do Refugiado e a Lei de Migração, mas nós precisamos nos preparar como sociedade para essas novas condições da migração internacional. Nós ainda achamos que o Brasil é o país de destino, que eles vão ficar aqui. Nós ainda pensamos que estamos naquele processo de categorizar se Brasil é um país de emigração, em que os brasileiros migram para os Estados Unidos, Europa e Japão, ou se é um país de imigração. No caso da migração haitiana, os professores Durval Fernandes e Neide Patarra<sup>4</sup> estudaram muito a questão do Brasil como um país de trânsito. Recentemente, nós estudamos e analisamos o Brasil como um país-tampão, ou seja, um local de chegada para os imigrantes e refugiados que os países do Norte Global não querem acolher.<sup>5</sup> Recentemente nós temos escrito que, no que diz respeito à migração internacional, à geopolítica e à fronteira dos direitos, o Brasil é um país de fronteiras, que se reconfigura à medida que essa migração se põe em movimento.

**Reznik:** *Tem questões colocadas aqui pelo público. “A pessoa que vem com o visto humanitário pode solicitar refúgio no momento em que chega no Brasil. Ela pode vir com o visto humanitário e aqui no Brasil pode solicitar refúgio”?*

**Baeninger:** Sim. Como direito de migrar, ela pode. Aí ela entra no processo interno, porque não é uma aprovação em bloco, de aguardar para sua entrevista. O órgão responsável pela entrevista e por deliberar se essa pessoa vai ou não receber o refúgio é o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados)<sup>6</sup>. Claro que o Conare é feito de participantes da sociedade civil, mas ele tem uma orientação porque ele é um comitê nacional para quem obviamente essas questões ligadas ao refúgio serão dadas. Vários haitianos entraram por solicitação de refúgio e muitos queriam realmente o visto de refúgio, mas temos um ou dois casos de imigrantes haitianos reconhecidos mesmo como refugiados. Eu nem diria que é uma política de Estado, mas a questão é que o refúgio tangencia muito o que o governo atual vai dar como diretrizes para o tema.

---

<sup>4</sup> PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração? *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*, v. III, n. 24, p. 65-96, 2011.

<sup>5</sup> JARONCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 123-139.

<sup>6</sup> O Conare é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável pela deliberação das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.



**Reznik:** Vide a questão dos venezuelanos, não é?

**Baeninger:** Sim, porque nos governos passados não se daria esse reconhecimento de refúgio. E agora se dá o reconhecimento de refúgio justamente pela disputa e pelas questões ideológicas entre os países.

**Reznik:** Eu fiquei muito impressionado com o crescimento exponencial do número de refugiados no Brasil nos últimos dois anos. Esses refugiados são exatamente os venezuelanos, porque tinha uma barreira em relação aos outros para receberem a condição de refúgio. São dezenas de milhares de venezuelanos que já estão na condição de refugiados enquanto deve ter cerca de 10 mil refugiados no máximo de todos os outros lugares.<sup>7</sup>

**Baeninger:** É exatamente isso. Existe, de acordo com os dados do Conselho Nacional do Refugiado, mais de 60 mil refugiados reconhecidos (61.731 concessões de refúgio para 121 nacionalidades de 1985 a 09/08/2022), 50 mil para venezuelanos, sendo que os demais 11.731 se refere a sírios (3.832 refugiados), do Senegal (3.255), de Angola (2.139), da República Democrática do Congo (1.641), do Haiti (1.381), dentre as principais nacionalidades. Dentre esses 11 mil em torno da metade ainda segue vivendo no Brasil ou também pode acontecer deles mudarem de status, casar, ter filhos e pegar o visto permanente ou ir embora. Esses são casos em que já não tem mais a condição de refúgio. Há poucos refugiados de outras nacionalidades.

**Reznik:** Nesse caso, Rosana, nós esperamos, pelo menos, que isso de alguma maneira cause uma transformação na nossa maneira de perceber exatamente essa pluralidade que possa conviver na sociedade brasileira. Mas você acha que, mesmo com esse número tão diminuto em relação ao que nós somos hoje no Brasil, isso tem ou que terá impacto? Ou se tiver impacto, será que ele não está localizado, digamos assim?

**Baeninger:** A própria sociedade cria a categoria refugiado. No nosso imaginário, todo venezuelano é refugiado, todo haitiano é refugiado e na verdade eles não são. Dos 160 mil venezuelanos que estão no Brasil, 50 mil estão com a categoria de refúgio, os outros já estão com visto permanente ou visto temporário. Não quiseram o visto de refúgio, porque o visto de refúgio

---

<sup>7</sup> De acordo com o relatório “Refúgio em Números 2022” do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apenas em 2021, os venezuelanos representaram 78,5% das nacionalidades solicitantes de refúgio. JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. *Refúgio em Números* (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/ResumoExecutivoRefugio.pdf>.



implica em que ele não vai voltar para o país ou se ele voltar ele perde essa condição aqui. Os haitianos que têm condição de refúgio são pouquíssimos, todos os outros estão com visto humanitário, portanto eles já entraram com o visto humanitário e eles estão com o visto de residência. Nós, enquanto sociedade, criamos essas categorias que são justamente o que eu chamo de migrações dirigidas. As migrações que o Estado brasileiro está olhando porque tem interesse ideológico, todos estão batizados como refugiados: os venezuelanos, os haitianos, os afegãos, os ucranianos. Ninguém fala dos bolivianos, que têm fluxo migratório de 50 anos, ninguém deu curso de português para eles. Esse é um ponto. Por causa desse imaginário do que eu chamo de “migrações dirigidas”, isto é, dos deslocamentos que tem a presença do Estado, o programa de interiorização dos venezuelanos para desafogar Roraima faz com que o cotidiano de cidades muito pequenas se depare com venezuelanos. Eu acho que aí está a ponta de pequenas transformações. O fato de uma cidade pequena que não tem nenhuma influência da imigração europeia do século XIX ter um programa de interiorização é outra questão que eu também tenho bastante posições críticas. O programa de interiorização dos venezuelanos, em um primeiro momento, foi montado para que essa interiorização ocorresse com o Ministério do Desenvolvimento Social, com a Operação Acolhida e as prefeituras, mas para as prefeituras receberem o acordo teria que dar emprego para todo mundo. Claro que é impossível. O que começou a acontecer então? Essa operação, esse programa de interiorização, passou a ser realizada tanto por agências internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o ACNUR, como pela sociedade civil e as igrejas. Cidades pequenas onde tem as igrejas têm levado esses migrantes venezuelanos. Uma vez superada as expectativas que foram tratadas na origem lá em Pacaraima, para onde vão esses migrantes depois? Muitos já rodaram o Brasil, não diretamente da Operação Acolhida, mas foram para Curitiba, foram para uma cidade no Mato Grosso e viram que não deu certo. Aí não estão mais na interiorização, eles mesmos estão se movimentando e indo para outros lugares pelas redes deles. A primeira coisa que eu digo que é essa documentação no Brasil fez uma desconcentração da migração internacional que antes era no Rio de Janeiro e em São Paulo. A fronteira que o professor Helion Póvoa Neto tanto fala que foi tão abandonada nas políticas, é dela que partiu essa redistribuição da imigração internacional. Uma dirigida pelo Estado, que é a venezuelana, e a outra que foi pelas redes das prefeituras que não queriam mais os haitianos e punha em ônibus e mandava para as cidades.

**Reznik:** *Algumas empresas, inclusive, acolheram inicialmente. Eu soube de várias empresas do Sul que buscaram esses refugiados, especialmente os haitianos. Mas foi um projeto muito localizado.*

**Baeninger:** *Sim. O que eu vejo com esperança enquanto transformações do nosso processo civilizatório é que, mesmo que ainda tenhamos muito preconceito, é preciso enfrentar esse estranhamento e encontrar o outro. O encontro com o outro é importante.*

**Reznik:** *Uma ouvinte está indicando exatamente que escolas públicas em algumas localidades, por exemplo, começaram a ensinar espanhol onde há crianças venezuelanas matriculadas. Eu acho que isso está exatamente na direção do que você está falando.*

**Baeninger:** *Exatamente. Todas essas interpretações que nós estamos falando estão no âmbito global e geopolítico, mas o custo e as políticas terão que ser de âmbito local. Por exemplo, o município que nunca viu um haitiano que chega lá e fala francês e crioulo vai ter que buscar ajuda e então começa a se movimentar com essa questão. Eu vejo com esperança mesmo que esses encontros vão transformar a nossa sociedade, vão trazer olhares melhores, que teremos gerações que vão aprender espanhol porque tem outra pessoa na sala de aula e não porque é do currículo escolar.*

**Reznik:** *E qual é o papel da Cátedra Sérgio Vieira de Mello?*

**Baeninger:** *A Cátedra Sérgio Vieira de Mello, junto com o ACNUR, consegue criar uma rede entre universidades que nós sozinhos não conseguiríamos. Embora a universidade tenha que fazer todas as suas ações, eu vejo que isso é bastante importante, porque essa interlocução da universidade com uma agência internacional que traz a questão do refúgio de situações muito diversificadas estimula que as universidades passem a fazer extensão, quer seja com os imigrantes e refugiados da própria universidade, quer seja com o público externo. Essa é a ponte mais importante: nós saímos de dentro dos muros da universidade para encontrar lá fora as possibilidades de ações com essa população refugiada. A Cátedra tem um papel importante nesse sentido, não só dentro da universidade para acolher e facilitar a entrada de refugiados nos processos seletivos. A criação da Cátedra legitima a universidade para essas ações e para isso advoga-se com as populações refugiadas. A Cátedra cumpre o papel da extensão universitária.*

**Reznik:** *A Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UERJ está realizando muitas ações, muitas vezes associada com a Cáritas e a Igreja Católica; por exemplo, o ensino de português para tentar socializar os refugiados,*

dentre outras atividades. No campo da medicina social tem tido várias iniciativas. Eu concordo contigo que é muito importante e interessante, não somente no sentido externo, como você está falando, mas também internamente, do ponto de vista pedagógico dos nossos professores e dos nossos estudantes.

**Baeninger:** Sim. Considero também. A Universidade Federal do Paraná (UFPR), por exemplo, tem uma clínica de atendimento para os imigrantes para documentação, na Faculdade de Direito. Isso é fantástico! A Universidade de São Paulo (USP) também tem isso. A Cátedra potencializa ações para os refugiados dentro das universidades, mas fora delas também. É um caminho fundamental também para mostrar essa disposição para a sociedade, mas também muito considerável dentro da nossa universidade porque quem não é da nossa área aos poucos vai se inteirando das questões do refúgio. Eu acho que passa pelas questões de direitos humanos que a universidade precisa também debater.

**Reznik:** Uma ouvinte perguntou como pesquisar mais informações sobre os deslocados de guerra do pós Segunda Guerra Mundial que passaram pela UNRRA, que passaram pela OIR, etc.

**Baeninger:** A antiga Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo tem essas informações que as professoras Maria do Rosário Salles, Sênia Bastos e o professor Odair Paiva<sup>8</sup> compilaram em um banco de dados que se chama “Pós Segunda Guerra”. Elas podem ajudar a encontrar as informações.

**Reznik:** O Brasil se propôs a receber 100 mil refugiados no imediato pós Segunda Guerra Mundial. E acabou recebendo, na verdade, entre 1947 e 1952, 29 mil refugiados pela Organização Internacional dos Refugiados (OIR). Todos esses 29 mil refugiados obrigatoriamente passaram pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e, desse número, 10 mil foram para São Paulo. Esses dados que você falou do Odair, da Sênia, da Maria do Rosário, são desses 10 mil que foram para a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Nós não temos esse banco de registro da Ilha das Flores, mas nós temos alguns trabalhos acadêmicos produzidos pelo Centro de Memória da Imigração, como a dissertação de Guilherme Marques<sup>9</sup>, que foi meu orientando no mestrado e agora está no doutorado pesquisando sobre o Arthur Hehl Neiva. Guilherme fez uma dissertação de mestrado sobre esses refugiados do pós-guerra que passaram pela Ilha das Flores e que

---

<sup>8</sup> SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair da Cruz. *Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo. 2013.

<sup>9</sup> MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2017.

está disponível no site do Programa de Pós-Graduação de História Social da UERJ. Na FGV também foi produzida uma dissertação de mestrado pelo André Zuzarte Bravo<sup>10</sup> sobre os refugiados do pós-guerra. Enfim, existem alguns trabalhos acadêmicos nessa direção.

**Baeninger:** Quando nós fizemos uma pesquisa em 2007 com a Cáritas do Rio e de São Paulo, o Brasil tinha três mil refugiados. De 1997 a 2007, ou seja, em 10 anos ele recebeu em torno de 1.500, 2 mil refugiados, enquanto no pós Segunda Guerra chegaram 29 mil. O que eu quero dizer é que são processos migratórios que a sociedade brasileira já experimentou, mas que nós não aproveitamos essa possibilidade de diálogos, tanto acadêmicos quanto com a sociedade, com esses imigrantes e com esses processos migratórios. Como você falou logo no começo, o Brasil sempre fez parte dessa geopolítica internacional como país de destino possível e o imigrante foi compondo a população, ora como população necessária, ora como população excedente. Em alguns momentos, esses imigrantes eram visibilizados, como nos séculos XIX para o XX, em outros eles eram invisibilizados, como os da Segunda Guerra Mundial. Eu acho que é o nosso dever, enquanto militantes da ciência, conversar e mostrar que as migrações são processos globais. Nós temos que reconfigurar o nosso cotidiano em relação a essa população de imigrantes e refugiados que o Brasil recebe. Por exemplo, quando nós íamos pensar que receberíamos imigrantes bengaleses? Eles chegam ao país como mão de obra qualificada para trabalhar nas empresas de frigoríficos, depois eles não vão embora, eles pedem solicitação de refúgio. Eles entram primeiro como mão de obra altamente qualificada para o corte da carne.

**Reznik:** Onde eles estão?

**Baeninger:** Aqui no interior de São Paulo têm muitos, alguns até na agricultura. Eles saem dos frigoríficos e não vão embora com a empresa quando acaba o visto de trabalho. Quem consegue o visto para eles é a empresa e depois eles pedem o refúgio e ficam aqui. Quer dizer, eles vão completar o projeto migratório deles, não necessariamente vão ficar aqui, mas eles não voltam para o país de origem. Essas questões são novas em termos teóricos, demandam novas categorias de análise. São novos processos migratórios que nós precisamos dar conta para conseguir minimamente que as próximas gerações tenham um encontro melhor com o outro.

---

<sup>10</sup> BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O milhão restante, o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

**Reznik:** Quem acompanhou nossa conversa pode entender um pouco mais sobre o refúgio, questões conceituais sobre os estatutos, questões teóricas sobre a ideia de como é que o Brasil se comporta, ou melhor, o que é o Brasil para esse conjunto de refugiados. Se ele é um tampão, se é um país fronteira, e como essa discussão está sendo levantada hoje em nível internacional. Quando os países europeus e os Estados Unidos constroem muros materiais e muros não necessariamente materiais, estão afastando a fronteira fortemente, o que é um escândalo. Quando a Grã-Bretanha diz que vai mandar o pessoal para Ruanda, ela não está construindo um muro igual ao que os Estados Unidos construíram no México, mas está construindo outro tipo de muro.

Nós, historiadores, temos hoje a obrigação de repensar e reconfigurar as narrativas que nós temos sobre a história da migração internacional para esse país. Devemos considerar as questões do presente, correlacionando-as com o passado: a questão das políticas, a questão do desejável e indesejável, a questão de como é que essa sociedade tem que cumprir isso, como você afirma, que é o nosso dever mudar o nosso padrão civilizatório. Você está nos dando aqui uma lufada otimista para pensar no nosso futuro. Eu acho que esse movimento da universidade é um movimento realmente inovador, o movimento da Cátedra é uma novidade. E eu penso que isso tem muito a dizer da nossa sociedade contemporânea. Professora Rosana, eu só tenho muito a agradecer.

**Baeninger:** Eu que agradeço muito. Foi uma honra. Nesse mês de junho, em que são comemorados o Dia do Refugiado (20 de junho) e o Dia do Imigrante (25 de junho), estes são momentos importantes de reflexão para que a sociedade possa conhecer essa migração e nós, como academia, temos a obrigação de devolver o nosso conhecimento para a sociedade de uma maneira que o processo civilizatório possa ser alterado.

## Referências

BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O Milhão Restante, o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

JARONCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. *O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul*. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p.123-139.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. *Refúgio em Números (7ª Edição)*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2017.

PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. *Brasil: país da imigração?* Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações, v. III, n.24, p. 65-96, 2011.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair da Cruz. *Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo, 2013.

\*\*\*

#### Sobre os autores:

**Luíz Reznik:** Doutor em Ciência Política (IUPERJ, atual IESP/UERJ), Mestre em História (UFF). Professor do Departamento de Ciências Humanas/UERJ e dos Programas de Pós-graduação em História Social e em Ensino de História (ProfHistória0, na UERJ). Pesquisador 2 do CNPq e Cientista do Nosso Estado da Faperj. Coordenador do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, grupo de pesquisa que recebe apoio do CNPq e da FAPERJ.

\*\*\*

**Entrevista recebida para publicação em: 30 de setembro de 2022.**

**Entrevista aprovada para publicação em: 09 de dezembro de 2022.**

\*\*\*

#### Como citar:

REZNIK, Luíz. Imigração e Refúgio. *Revista Transversos*. Dossiê: Imigração no Tempo Presente: Experiências de Vida e Direitos Humanos no Brasil. Rio de Janeiro, nº26, 2022. pp.138-151. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/70194>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2022.70194

